



XVI JORNADA ACADÊMICA

Educação, Memória e História: Os desafios
no processo de redemocratização do Brasil

ISSN 2965-0615

GESTÃO PEDAGÓGICA NUMA ESCOLA PÚBLICA MILITARIZADA: POSSIBILIDADES, LIMITES E DESAFIOS

Mágnun José Fernandes de Souza¹
Moacir Fernando Viegas¹

EIXO TEMÁTICO 02: ESTADO, ESCOLA E DEMOCRACIA

O presente estudo é um recorte de uma pesquisa de mestrado em fase de desenvolvimento, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Educação, Linha de Pesquisa em Educação, Trabalho e Emancipação, orientado pelo Prof. Dr. Moacir Fernando Viegas da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), em parceria com as Faculdades Integradas da América do Sul (INTEGRA).

O objetivo principal do estudo consiste em analisar e compreender as características da autonomia e da democracia na prática da gestão compartilhada em uma escola militarizada de Vicentinópolis - GO. A metodologia de investigação terá como base a perspectiva dialética, entendida como um caminho capaz de dar conta da totalidade e complexidade que envolve o estudo do fenômeno (Gatti, 2010).

Inicialmente, buscamos, entre os dias 9 de outubro e 30 de dezembro de 2023, mapear as produções sobre gestão das escolas públicas municipais militarizadas. Selecionamos quatro fontes de buscas: 1) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); 2) Biblioteca Virtual de Revistas Científicas Brasileiras em Formato Eletrônico Scientific Electronic Library Online (SCIELO); 3) Portal de periódicos da CAPES; 4) Trabalhos publicados nas Reuniões Nacionais e Regionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

Utilizamos os descritores "militarização" AND "escolas". Efetuamos também uma segunda pesquisa com as palavras "militarização" AND "educação". Posteriormente, elegemos algumas categorias que poderiam contribuir significativamente para a análise e o estudo de nossa pesquisa, as quais são: 1) Gestão compartilhada; 2) Militarização da educação; 3) Gestão escolar democrática; 4) Militarização escolar.

Definimos, para a busca dos trabalhos, o período 2013-2023, por entender que assim estaríamos contemplando tanto os estudos que antecederam quanto os que sucederam a política de militarização das escolas públicas. Em seguida partimos para a

leitura dos resumos, objetivando identificar suas contribuições para nossa pesquisa, aplicando critérios de inclusão e exclusão com base nas categorias de inclusão e exclusão selecionadas e citadas anteriormente. Ao final, realizamos a leitura completa de alguns dos trabalhos que apresentaram em seus resumos uma maior relação com o objeto de estudo.

¹ Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc.

Na pesquisa na BDTD foram selecionados para análise e leitura na íntegra de 05 dissertações, sendo todas do descritor “militarização” AND “educação”. No SCIELO, chegamos a um total de 04 artigos selecionados todos com o descritor “militarização” AND “educação”. O terceiro repositório de dados pesquisado foi o Portal de Periódicos da Capes, no qual encontramos somente 03 artigos do descritor “militarização” AND “educação”. Já com o descritor “militarização” AND “escolas”, restaram somente 02 publicações.

A busca pelas pesquisas apresentadas nas reuniões nacionais e regionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) foi realizada também com o intervalo temporal de 2013-2023, em diferentes Grupos de trabalho - GTs. Abrimos manualmente todas as ANPeds, seus GTs e eixos temáticos e realizamos a leitura dos títulos. Não tendo encontrado trabalhos nas reuniões nacionais, passamos a busca nas reuniões das ANPeds regionais. A princípio, acessamos os trabalhos de todas as reuniões. Após a leitura dos trabalhos, percebemos que somente 02 deles dialogavam com o assunto do nosso estudo e apresentavam resultados relevantes.

Ao final da revisão bibliográfica percebemos que esta parte inicial do estudo permitiu confirmar que o fenômeno da militarização não é um fato isolado e que vem acontecendo em outros estados e municípios do país, tendo-se apresentado como um movimento crescente de grupos sociais conservadores da sociedade, os quais se utilizam da militarização escolar como forma de inserir mecanismos neoliberais dentro das escolas.

O caminho na pesquisa até o momento tem demonstrado, de modo geral, que as justificativas da implementação da gestão militarizada nas escolas públicas são diversas, dependendo do contexto. Sobre a questão da legalidade desse modelo de gestão escolar, os estudos já analisados na revisão, tais como os de Barros (2022), Bezerra (2019), Mendonça (2019) e Santos (2016) apontam que as leis que dão sustentação à militarização escolar ferem dispositivos constitucionais.

Nos últimos anos, tem-se se tornado comum vermos alunos de escolas públicas caminharem pelas ruas de diversas cidades brasileiras fardados. A cada ano que passa, várias escolas públicas estaduais e municipais vão sendo militarizadas mediante diversas justificativas que argumentam sobre a defesa da implantação desse modelo de gestão (Santos, 2016).

Contudo, essa aproximação da polícia militar e corpo de bombeiros com a escola pública tem gerado, como afirmamos, grandes polêmicas e discussões, entre elas o controle didático, político e ideológico que tal modelo de gestão impõe aos funcionários como um todo e aos alunos.

De acordo com Barros e Silva (2023), a gestão militarizada nas escolas públicas é um tema que possui sua gênese há mais de 20 anos. Mas a prática da gestão militarizada em escolas públicas municipais, de acordo com Santos (2021), é um tema mais recente, que tem seu surgimento na Bahia e vem se expandindo significativamente no ano de 2019.

A revisão de literatura tem mostrado também que ordem, disciplina e hierarquia são pilares fundamentais que estão presentes em todas as escolas dos estudos analisados (Barros, 2022). Para Paulo (2019) e Serafim (2021), este movimento de militarização das escolas públicas possui bases neoliberais e naturaliza o sistema capitalista dentro da escola. Ele se dá de encontro com professores avassalados pela precarização do trabalho, que com a avalanche de trabalhos físicos e intelectuais, parecem não ter forças para lutar contra esse fenômeno crescente. E mesmo quando o fazem, é de modo muito isolado e desordenado, não envolvendo a categoria como um todo.

A gestão militarizada de escolas públicas, no entender de Santos e Alves (2022), tem sido apresentada como um modelo de gestão que pode salvar a educação de todas as suas mazelas, tais como condições estruturais precárias, precarização do trabalho docente, violência e evasão escolar. Contudo, quem procura imprimir essa ideia são grupos conservadores que têm crescido substancialmente no país. Muitos professores pa-

recem estar tão perdidos em busca de melhores condições de trabalho que chegam a pensar que a militarização escolar pode ser sinônimo de melhoria dos problemas que sofrem ano a após ano, com a contínua retirada de direitos conquistados (Santos, Alves, 2022).

Uma conclusão geral importante da leitura dos trabalhos é que não foi em 2019, momento da criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-militares - SECIM e do Programa Nacional das Escolas Cívico-militares - PECIM, no governo de Jair Bolsonaro, que o fenômeno da militarização das escolas surgiu, tendo estado já em curso em diversas realidades regionais alguns anos antes dessa data.

Constatamos que o ano de 2019 foi o auge deste fenômeno, quando ganhou um papel central no governo federal, que chancelou sua implementação. Já o ano de 2023 foi um ano ímpar, no qual se iniciou um movimento em prol do fim da gestão militarizada de escolas públicas, movimento que teve seu ápice com a revogação dos documentos legais que em nível federal sustentavam escolas neste formato. Contudo, em oposição aos ideais do novo governo federal, ou seja, em movimento oposto, a maioria dos estados preferiu manter suas escolas militarizadas, direcionando a manutenção destas para programas estaduais.

De acordo com Cunha e Lopes (2022), nas escolas militarizadas, mecanismos democráticos são utilizados visando assegurar a lógica autoritária. O mérito e a meritocracia são as propostas utilizadas dentro desse modelo de gestão. Punições que há tempos foram banidas da escola são revividas, tentando-se formatar um modelo de aluno pautado nos ditames do sistema capitalista e nas práticas neoliberais (Barros, Silva, 2023).

Todos os autores e autoras estudados na revisão bibliográfica mostram-se contrários à modalidade de gestão escolar militarizada e destacam, em seus estudos, a falta de legalidade que vem ocorrendo no desenvolvimento da mesma. As pesquisas demonstram que o debate sobre o tema está mais vivo do que nunca, sendo que existe a possibilidade de vermos o fenômeno crescer nos próximos anos.

Contudo, as pesquisas voltadas especificamente para o assunto deste trabalho são poucas ou quase nenhuma à nível municipal. Nos diversos bancos de dados analisados, percebemos uma carência de publicações que deem o devido tratamento que o tema exige e que vem inquietando os gestores pedagógicos, pois grande parte destas preocupações estão nas mãos desses sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Militarização escolar municipal. Gestão compartilhada. Autonomia e democracia.

REFERÊNCIAS

BARROS, Afrânio de Sousa. **Militarização de uma escola da rede pública de ensino do Distrito Federal: desdobramentos na gestão democrática.** 2022. 109 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília-DF. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12358817>. Acesso em: 13 de out. de 2023.

BARROS, Afrânio; SILVA, Edileuza Fernandes da. Implicações da militarização na gestão democrática: caso de uma escola pública do Distrito Federal. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 17, n. 37, p. 183–204, 2023. DOI: 10.22420/rde.v17i37.1656. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1656>>. Acesso em: 18 nov. de 2023.

BEZERRA, Ana Celia Privado do Santos. **A militarização de escolas da rede estadual em Porto Velho-RO.** 2019. 180 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho-RO. 2019. Disponível em: <<https://ppge.unir.br/uploads/62248421/arquivos/A%20Militarizacao%20de%20escolas%20da%20rede%20estadual%20em%20Porto%20Velho.pdf>>. Acesso em 10 out. de 2023.

CUNHA, Viviane Peixoto da.; LOPES, Alice Casimiro. Militarização da gestão das escolas públicas: a exclusão da atividade política democrática. **Educação & Sociedade**, v. 43, p. e258252, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.590/ES.258252>>. Acesso em: 11 nov. 2023.

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no brasil**. 3 ed. Brasília, DF: Liber Livro Editora, Série Pesquisa v. 1, 2010.

MENDONÇA, Erasto. Fortes. Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 594, 2019. DOI: 10.21573/vol35n32019.96052. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/96052>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

PAULO, Weslei Garcia de. **Militarização do ensino no estado de Goiás**: implementação de um modelo de gestão escolar. 2019. 123 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília-DF. 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/37153>>. Acesso em: 15 de out. de 2023.

SANTOS, Catarina de Almeida. "Sentido, descansar, em forma": escola-quartel e a formação para a barbárie. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e244370, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES.244370>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SANTOS, Eduardo Junior Ferreira; ALVES, Miriam Fábria. Militarização da educação pública no brasil em 2019: análise do cenário nacional. **Cadernos de Pesquisa**, v. 52, p. e09144, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053149144>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SANTOS, Rafael José da Costa. **A militarização das escolas públicas em Goiás**. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiânia, 2016. Disponível em: <<https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/3515/2/RAFAEL%20JOS%c3%89%20DA%20COSTA%20SANTOS.pdf>>. Acesso em 11 de jan. de 2023.

SERAFIM, Guilherme de Oliveira Lomba. **A práxis de uma diretora na gestão de uma escola militarizada**. 2021. 163 f. il. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <http://ictsunb.br/jspui/bitstream/10482/43123/1/2021_GuilhermedeOliveiraLombaSerafim.pdf>. Acesso em: 12 de out. de 2023.